



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE**  
**DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**  
**CAMPUS I – CAMPINA GRANDE/PB**

**CÍNTIA MICHELE TORRES ALVES**

**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO**  
**SOBRE A AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE**  
**MONTEIRO - PB**

**Sumé – Paraíba**  
**2013**



**A474a Alves, Cíntia Michele Torres.**

**Arranjo produtivo local e desenvolvimento local: um estudo sobre a agricultura orgânica e familiar do município de Monteiro-PB. / Cíntia Michele Torres Alves. - Sumé - PB: [s.n], 2013.  
43 f.: il.**

**Orientador: Prof. M.Sc. Gilvan Dias de Lima Filho.**

**Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária do Semiárido Paraibano.**

**1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento. 3. Arranjo produtivo local. I. Título.**

**UFCEG/BS**

**CDU: 37:334.73 (043.1)**

CÍNTHIA MICHELE TORRES ALVES



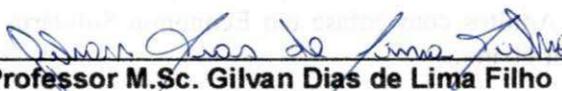
**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO  
SOBRE A AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE  
MONTEIRO - PB**

Trabalho Monográfico apresentado à Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção do título de **Especialista em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.**

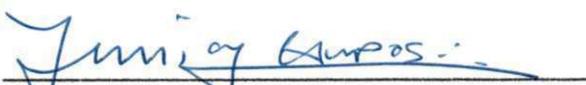
Nota: 10,0

Aprovado em 30 de setembro de 2013.

**Banca Examinadora**

  
**Professor M.Sc. Gilvan Dias de Lima Filho**  
(Orientador)  
Universidade Federal de Campina Grande

  
**Professora Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima**  
Universidade Federal de Campina Grande

  
**Professor M.Sc. Antônio da Silva Campos Júnior**  
Universidade Federal de Campina Grande

## AGRADECIMENTOS

---

A Deus, pois sempre está presente em todos os momentos e foi a força maior na realização deste curso.

A todos os professores que por aqui passaram, deixando seus preciosos ensinamentos, colaborando para o nosso crescimento intelectual.

À Coordenadora do Pólo, Dr<sup>a</sup> Lenilde Mérgia Ribeiro Lima, que sempre nos ajudou em todas as etapas do curso.

Ao Professor Orientador, M.Sc. Gilvan Dias de Lima Filho, que com sua compreensão me passou tranquilidade para a elaboração desse trabalho.

Aos nossos colegas do curso, pelo convívio e troca de experiências durante a nossa longa caminhada.

UFRRJ

*"Há homens que lutam um dia e são bons  
Há outros que lutam um ano e são melhores  
Há aqueles que lutam muitos anos e são muito bons  
Mas há os que lutam por toda a vida  
Esses são os imprescindíveis"*

*Bertolt Brecht*

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

---

### QUADROS

QUADRO 1 – Constituição de fluxos econômicos que excluem territórios	14
QUADRO 2 – Requisitos para os pactos territoriais.....	17

### FIGURAS

FIGURA 1 – Fatores inerentes aos Arranjos Produtivos Locais.....	27
FIGURA 2 – Planejamento da propriedade .....	33
FIGURA 3 – Modelo do PAIS.....	33
FIGURA 4 – Caixa d' água que armazena a água para irrigação .....	34
FIGURA 5 – Sistema de irrigação .....	34
FIGURA 6 – Plantas medicinais .....	34
FIGURA 7 – Consórcio de hortaliças .....	34
FIGURA 8 – Feira Popular do Município de Monteiro (Barracas dos alimentos Orgânicos) .....	37
FIGURA 9 – Feira Popular do Município de Monteiro (Barracas dos alimentos Orgânicos) .....	37

## RESUMO

---

Este trabalho busca compreender as dinâmicas estabelecidas pelo Projeto Pacto Novo Cariri que fundamentaram o desenvolvimento econômico dos Arranjos Produtivos Locais, especificamente o da Agricultura Familiar e Agroecológica do município de Monteiro – PB. O foco principal da pesquisa foi evidenciar as bases que constitui o projeto de desenvolvimento local do Cariri Paraibano e discutir a relação do global com o local, no que diz respeito à maximização da geração de renda. Posteriormente, analisou-se as dinâmicas e o modelo de desenvolvimento fomentado pelas instituições parceiras, evidenciando as características dos pactos territoriais e da formação dos Arranjos Produtivos Locais. O trabalho tenta responder o seguinte questionamento: o projeto incorporou ideias de reverter o quadro da pobreza presente na região através da ativação dos setores produtivos empobrecidos, gerando emprego e renda ou se desenvolveu uma política local assistencialista dos segmentos socioeconômicos marginalizados? Buscando analisar como as famílias agricultoras do município de Monteiro se desenvolveram após a inserção do projeto, o princípio investigativo de cunho qualitativo se estruturou no procedimento chamado estudo de caso. O mesmo revelou a existência de um processo bem acentuado de alienação que ajuda a promover uma política assistencialista, rompendo a autonomia dos agricultores envolvidos e realizando um controle sutil que compromete a realização de solidariedade e autogestão da associação. Identificou-se que o projeto não oportunizou a construção de um empreendimento solidário que estabelecesse o bem estar de todos os agricultores envolvidos promovendo, em contrário, a heterogestão e a competição entre os mesmos.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Desenvolvimento; Arranjo Produtivo Local.

## SUMÁRIO

---

<b>1 Introdução</b> .....	09
<b>2 Fundamentação teórica</b> .....	11
2.1 A relação entre o Global e o Local no Desenvolvimento Econômico Territorial .....	11
2.2 O desenvolvimento Local e o fomento dos pactos territoriais .....	15
2.3 O desenvolvimento local no Brasil e a criação do Pacto Novo Cariri....	19
2.4 O Projeto Pacto Novo Cariri e a Formação dos Arranjos Produtivos Locais.....	21
2.5 A Formação dos Arranjos Produtivos Locais.....	24
2.6 O Arranjo produtivo Local da Agricultura Familiar do Município de Monteiro .....	28
<b>3 Procedimentos Metodológicos</b> .....	31
<b>4 Resultados e Discussões</b> .....	32
<b>5 Considerações Finais</b> .....	38
<b>Referências</b> .....	40
<b>Apêndices</b> .....	43

## 1 INTRODUÇÃO

As profundas transformações do capitalismo nas últimas duas décadas do século passado têm levantado inúmeros debates sobre o tema do desenvolvimento econômico e seus efeitos sobre Estados Nacionais, empresas e trabalhadores.

Com a crise estabelecida neste período surgiram importantes reações contra os efeitos nefastos do sistema capitalista. Nesse sentido, o aumento da pobreza e as desigualdades sociais afetam especialmente a população vulnerável gerando a exclusão, o desemprego e o subemprego, o que em contrapartida fomentou o surgimento de uma série de iniciativas que buscavam instituir oportunidades para os excluídos (DANTAS, 2003).

Essas experiências se organizaram em formas de cooperativas e se tornaram meios importantes para ativação econômica de pobres, como via de combate às desigualdades, o que ocasionou o crescimento de empreendimentos coletivos em todo país. A partir desse contexto o estudo identificou que paralelo ao crescimento de cooperativas autênticas (de cunho da economia solidária) surgiu também às cooperativas de fachada caracterizadas pelo forte controle hierárquico e pela subordinação.

Desta forma, detectou-se que as organizações surgidas por iniciativas de caráter assistencialista são os mais susceptíveis ao dualismo que cernem os empreendimentos coletivos, decorrente da postura ideológica engendrada pelas instituições de apoio que poderá desenvolver princípios da cooperação e da autogestão como também competição e rivalidade (a heterogestão) (SINGER, 2002).

Constatada a dualidade que cercam as organizações coletivas, o estudo buscou identificar o caráter constitutivo dos empreendimentos dos agricultores familiares que por intermédio do apoio de instituições parceiras obtiveram um projeto voltado para potencialização da produção de alimentos orgânicos.

Não obstante, através da análise do processo histórico e das ações realizadas durante a trajetória do projeto, procurou-se responder ao seguinte questionamento: o projeto contemplou ações para reverter o quadro de pobreza presente na região através da recuperação dos setores produtivos, gerando

emprego e renda, além da reeducação da sociedade para a preservação cultural e social, ou se desenvolveu apenas uma política local assistencialista dos segmentos socioeconômicos marginalizados?

Em síntese, o trabalho identificou que por trás da política de desenvolvimento estabelecida pelas instituições parceiras existe um processo bem acentuado de alienação, que ajuda a promover uma política assistencialista quebrando a autonomia das famílias agricultoras envolvidas, realizando um controle sutil e comprometendo a sustentabilidade de todos os empreendimentos.

Para chegar a tal conclusão, o estudo buscou compreender a relação do global com o local, enfatizando uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento regional integrado, chamado de Pacto Novo Cariri, mais precisamente no que se refere ao Projeto de Gestão Estratégica Orientada para Resultados PAIS, como também identificou as dinâmicas constituídas pelos atores envolvidos e os modos de produção dos empreendimentos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo teve como base a perspectiva qualitativa, na qual se contemplou como procedimento metodológico o estudo de caso.

Vale ressaltar que os registros realizados no trabalho de campo foram imprescindíveis para a apreensão da realidade vivida pelos agricultores. As entrevistas, os questionários e a convivência diária com os sujeitos da pesquisa subsidiaram a criticidade e o embasamento teórico do estudo que está dividido em três capítulos.

O estudo buscou analisar a partir das abordagens sobre desenvolvimento local a implantação do APL da Agricultura Orgânica e Familiar do município de Monteiro, identificar as dinâmicas que norteiam o desenvolvimento local nas formas e modos de produção dos arranjos produtivos locais e analisar a implantação das ações e estratégias no processo inovativo e tecnológico que se estabelece na promoção do arranjo produtivo local;

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A RELAÇÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL**

O processo de globalização é um fenômeno de fusões e concentrações oriundas do capitalismo contemporâneo. Dado da realidade, a globalização provoca repercussões em toda a vida social, resultando em um conjunto de fenômenos novos na economia e na sociedade (COSTA, 2008).

Esta fase nova de internacionalização do capital com conotações muito específicas sucedem de dois fatores essenciais: a natureza e intensidade da revolução científica e tecnológica, e a liberalização e integração dos mercados de bens e serviços, incluindo tecnologia, informação e capital. O primeiro transforma as bases da competitividade internacional, com redução das distâncias físicas e quebra das barreiras e fronteiras territoriais. O segundo contribui para a formação de megablocos econômico-comerciais (BUARQUE, 1999).

Dentro desse contexto, Dantas (2003), afirma que o termo globalização tem sido usado para designar o crescente processo de integração dos mercados mundiais. Os atores hegemônicos são representados pelas corporações transnacionais, não importando o Estado-nação a que pertence, mas sim, as possibilidades de acumulação que se mostram favoráveis às mesmas nos vários pontos do planeta.

O processo mundial de integração econômica e cultural é percebido a partir da regionalização das relações comerciais e do capital produtivo. Nessa perspectiva a consolidação de blocos regionais como o **Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL)**, o **Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)** e a **União Europeia (UE)** são prova de que o movimento globalizante exige um intenso crescimento dos mercados financeiros e das redes de informações, como também, ampla abertura do comércio externo para maior circulação de capitais (SEBRAE, 2003).

Como tentativa de síntese, Costa (2008, p. 11) sinaliza que a globalização é um processo:

De mudanças que estão impactando fortemente a política mundial, a economia, o mundo do trabalho e as tradições culturais em todas as partes do planeta, quer influenciadas pelos meios de comunicação, quer pelo poder econômico-financeiro das grandes corporações transnacionais. A globalização incorporou inovações tecnológicas radicais que proporcionaram ao capitalismo um enorme desenvolvimento, mas o sistema global de produção não possui condições de se desenvolver plenamente em função de suas próprias contradições e, especialmente, da insuficiência mundial de demanda solvável. Quanto mais se desenvolve, mais tem dificuldades de fechar a equação produção-demanda (COSTA, 2008, p. 21).

Evidentemente, a globalização é um fenômeno que precariza a mão-de-obra e exclui parcelas significativas da população mundial. Tais consequências representam uma parte das mazelas impostas por este sistema excludente, que através da reprodução ampliada do capital em escala global, modifica as relações de produção e, concomitantemente, promove a internacionalização do processo produtivo.

A institucionalização da política científica e tecnológica nos países capitalistas decorrente das transformações no modo de produção colaborou para o processo de globalização. O Estado passou a interferir como planejador, empresário e investidor. Um pequeno número de grandes empresas estabeleceu sua hegemonia sobre outras empresas (CATANNI, 1997).

Nesse contexto, ciência e tecnologia tornaram-se, um instrumento produtivo, levando o Estado a subservir pesquisas e a formular políticas científicas, tecnológicas e econômicas para o desenvolvimento dos modos de produção que geram tecnologias em prol de maior eficiência das dinâmicas de mercado. Essas políticas, nas sociedades capitalistas centrais, visam a garantir, em nível de infraestrutura, o aprimoramento dos meios de produção e a qualificação da força de trabalho.

Os países periféricos, em geral, dependem da inovação tecnológica produzida no centro capitalista. No circuito internacional a invenção e a inovação tendem a ser monopolizadas pelas sociedades desenvolvidas, enquanto que os países do sul limitam-se a cópias e a adaptações tecnológicas.

Com isso, as transformações nos processos produtivos e na organização econômica "ocorrem numa *velocidade e ritmo acelerado e inusitado* que intensificam as disputas competitivas e o redenho da economia mundial,

obrigando as economias nacionais e locais a uma permanente atualização” (BUARQUE, 1999, p. 12).

Essa cadeia de ocorrências influencia diretamente a esfera local, pois o global se apoia na intenção de configurá-la como parte de um todo, tornando-se, desta forma, intrinsecamente ligados, ou seja, a organização local torna-se componente estrutural de um processo de natureza global (DANTAS, 2003).

Neste sentido, Albagli (1999) afirma que muitos autores divergem ao discutir a relação local/global, pois da mesma forma que a globalização por um lado pode representar o fim da geografia ou a anulação do espaço, ocasionando a “desterritorialização”<sup>1</sup> das atividades humanas, bem como a “despersonalização”<sup>2</sup> do lugar enquanto singularidade, ela também, por outro lado, pode reafirmar a dimensão espacial, bem como revalorizar o local.

A partir da relação estabelecida pelo global e local, pode-se definir que um plano de desenvolvimento local,

“É um processo *endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais” (BUARQUE, 1999, p. 09).

Coelho (2001), ao tratar das dinâmicas territoriais, salienta que uma política pública horizontal de desenvolvimento incorpora uma ação integrada e de cooperação de atores sociais nos espaços excluídos pelas redes competitivas construída na globalização da economia, que opera por meio de uma política vertical (de cima para baixo).

<sup>1</sup> A desterritorialização para Sarita Albagli é um processo que caracteriza a perda ou o desaparecimento dos territórios, ocasionado por uma ação de desordem, de fragmentação para buscar encontrar novos saberes que irão se refletir nas configurações e movimentos da sociedade global.

<sup>2</sup> O termo “despersonalização” caracteriza a perda da identidade cultural, dos elementos que compõem a dinâmica de um lugar, ou seja, quando o processo de globalização altera de forma agressiva a dinâmica do lugar.

A partir do Quadro 1, Coelho (2001) evidencia em termos territoriais os fluxos econômicos que constitui a exclusão dos territórios que ocorrem através do processo de globalização.

**QUADRO 1 – CONSTITUIÇÃO DE FLUXOS ECONÔMICOS QUE EXCLUEM TERRITÓRIOS**

<b>FLUXOS ECONÔMICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Movimento de desestruturação e reestruturação do tecido produtivo e empresarial preexistente, num processo de desinversão e reinversão de capitais;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças na direção de novas formas de produção mais eficientes, que concretizam a atual revolução tecnológica e organizacional;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução da microeletrônica, que abre a possibilidade de vincular as diferentes fases dos processos econômicos;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alta volatilidade e mobilidade da produção, ciclos produtivos cada vez mais curtos, que aumentam a vulnerabilidade das formas de produção tradicionais;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de mudanças radicais nos métodos de gestão empresarial;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importância da qualidade e diferenciação dos produtos como estratégias de competitividade dinâmica;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração de grandes mercados;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento do setor das pequenas e médias empresas vinculadas à grande empresa num esquema de "terceirização".</li> </ul>

Fonte: Coelho (2001, p.62). (Adaptado).

Não obstante, Coelho (2001), comenta que em concorrência a este processo de vulnerabilidade que atingem os territórios, há um contramovimento à fragmentação que se constitui no renascimento das identidades culturais e políticas nos níveis regional e local. O território se configura em espaço e sujeito dessa ação integrada de organizações econômicas de base popular.

Martins (2002), também ressalta que a participação popular nos processos de construção e realização de um plano estratégico de desenvolvimento ainda não garante a valorização das pessoas em sua plenitude. Para o autor, o desenvolvimento associado ao progresso material decorre de uma visão positivista, limitando-o a uma concepção economicista, como também encontram-se no progresso linear e tecnicista aspectos do modernismo.

Não obstante, objetivar as pessoas e propor a sua participação em todo o processo de desenvolvimento (do planejamento à ação), mesmo que resultem em melhorias efetivas das condições materiais de vida, são insuficientes para assegurarem a continuidade do processo. O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação (MARTINS, 2002, p.52).

Dantas (2003), ao citar John Bryden (1998), descreve como a integração local/global pode abrir espaços a partir dos nichos de mercado para o desenvolvimento de áreas rurais, direcionando as novas ameaças e oportunidades que a globalização representa ao local. Essa integração se dá através de respostas concretas que funcionam como estratégias para dar suporte aos médios e pequenos empreendimentos. Dentre os fatores que estão na base destas respostas locais, a autora menciona:

A reatualização da análise do contexto local; o reforço das parcerias locais, a maximização local do valor agregado de bens e serviços; o posicionamento nos nichos de mercado; o reforço das ligações entre o "local" e o "global", o melhor uso das tecnologias de informações e comunicação; a reestruturação do setor primário e a diversificação dos rendimentos agrícolas; a exploração de novas fileiras turísticas; o desenvolvimento de atividades ambientais; a mudança nos comportamentos (DANTAS, 2003, p. 26).

## **2.2 O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O FOMENTO DOS PACTOS TERRITORIAIS**

Ao responder as demandas, o local se estrutura nas bases de um modelo econômico de desenvolvimento no qual este pode ser materializado frente a um movimento que visa à globalização da economia e amplia espaços de colonialismo cultural. Nesse contexto, observa-se o surgimento de "uma nova dinâmica local que acaba provocando a disputa entre os projetos de reforma de Estado e de novas formas de regulação, que conseqüentemente ocasiona um novo desenho da relação Estado, mercado e sociedade" (COELHO, 2001, p. 61).

Este desenho por formar e deformar espaços é contextualizado a partir de uma abordagem geográfica, pois com as mudanças que ocorrem mundialmente e com a forte tendência à homogeneização capitalista vem constituindo-se nas

últimas décadas a formação de aglomerados (concentrações de grandes indústrias de elevado potencial) o que leva a dinâmica de suas relações para a concepção de território, já que o mesmo,

é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias etc., ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para ser apropriar e transformar a natureza (SPOSITO, 2004, p. 112-113).

Genericamente a ideia de território refere-se à parcela geográfica apropriada por um grupo humano ou animal, ou por um indivíduo, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais. Há vários sentidos figurados da palavra território, todos conservam a ideia de domínio pessoal ou coletivo, remetendo a diferentes contextos e escalas. Cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial (ALBAGLI; BRITO, 2003).

Isso implica dizer que o território não se reduz à sua dimensão material ou concreta, apresentando uma variedade de dimensões, tais como:

(a) física – tanto suas características e recursos “naturais” (tais como clima, solo, relevo, vegetação e subsolo), quanto aquelas resultantes dos usos e práticas territoriais por parte dos grupos sociais; (b) econômica - organização espacial dos processos de produção econômica - o que, como e quem nele produz; (c) sócio-política - meio para interações sociais e relações de dominação e poder - quem e como o domina ou influencia. (d) simbólica - as ligações afetivas, culturais e de identidade do indivíduo ou grupo social com seu espaço geográfico; (ALBAGLI; BRITO, 2003, p.26).

A organização do território que objetiva o desenvolvimento local deve ter, como ponto de partida, segundo Coelho (2001, p. 63) “o pacto territorial que viabilize a associação de interesse promovida entre os diversos atores regionais, que se conservam independentes, com vista à obtenção de determinados objetivos”.

Para Dowbor (2008) a dimensão territorial dos processos econômicos é essencial na construção de um projeto de desenvolvimento local. Não obstante, o autor alerta que,

[...] a participação comunitária, o seu envolvimento direto nos assuntos da gestão racional dos recursos localmente disponíveis, aparece como um mecanismo regulador complementar, acrescentando-se ao mercado que constitui o mecanismo regulador dominante do setor empresarial, e ao direito público administrativo que rege a ação dos órgãos do Estado (DOWBOR, 2008, p. 61).

A articulação das iniciativas do desenvolvimento para nível local pressupõe a indicação de uma estrutura organizacional que dê conta da constituição de um espaço de interação dos diversos atores e da construção de uma entidade responsável pelo desenvolvimento e implementação das diversas ações propostas.

A construção dos pactos territoriais requer alguns elementos comuns dos formatos institucionais, mesmo sabendo que cada território apresenta especificidades locais que geram configurações distintas. No Quadro 2, observa-se o desenho básico traçado por Coelho (2001).

#### QUADRO 2 – REQUISITOS PARA OS PACTOS TERRITORIAIS

<b>REQUISITOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação e mobilização de diversos atores, em torno de programas estruturantes;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de um alto nível de acordo entre as instituições, empresas e sociedade civil organizada, para evitar qualquer tipo de intervenção que comprometa a finalidade pública.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição de um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades produtivas de um território;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento partindo “de baixo”, baseado em iniciativas idealizadas e gerenciadas em nível local, com prazo de execução definido;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “criação” de agentes gerenciadores que expressem o acordo e a união entre os atores envolvidos e que coordenem as ações de modo a torna-las eficazes;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de uma boa base estatística informativa.</li> </ul>

Fonte: Coelho (2001, p.63). (Adaptado)

Partindo desta premissa, é importante considerar que o modelo de desenvolvimento inserido na região supracitada parte do princípio de que o desenvolvimento econômico local é uma estratégia organizacional fundamentada em uma visão empresarial. Muitos são os teóricos que discutem o seu conceito e as suas principais abordagens. Para Zapata *et al.* (2004), trata-se de um processo

que vem ganhando relevância, suscitando discussões, reflexões, novas práticas e posturas em diversas partes do mundo.

Diante desse contexto, a Itália pode ser citada como um bom exemplo, ou seja, a partir dos anos noventa, em razão da estratégia europeia de reforço dos programas de descentralização para as regiões, do acirramento da competição entre elas e das próprias dificuldades encontradas pelos sistemas econômicos locais, foi criado um campo propício para a implantação de políticas de desenvolvimento local e das políticas descentralizadas, conforme destaca Tapia (2005, p. 135):

Na Itália, a discussão e a adoção de estratégias de desenvolvimento local sob a forma de pactos territoriais e de responsabilidade de atores locais ocorreram na metade dos anos 90. Mais precisamente, a partir de 1995, com a lei n°. 341/95, o governo italiano decidiu 'ativar uma série de instrumentos específicos de *programmazione negoziata*', para desenhar programas locais que envolvessem uma multiplicidade de atores públicos e privados e uma gestão unitária dos recursos financeiros. Essa decisão significou uma mudança na orientação da política de desenvolvimento regional e local, cuja característica principal era o de ter um caráter de alocação de recursos automático e assistencial. Mesmo nos projetos financiados pelos fundos europeus não havia a participação de atores sociais seja na fase de formulação dos projetos, seja na de escolha dos instrumentos de implementação das políticas inovadoras (TAPIA, 2005, p.135).

Desta forma é importante salientar que os pactos territoriais na Itália se definem como uma política de desenvolvimento endógeno, que visa à promoção de estratégias de desenvolvimento local nas áreas economicamente desfavorecidas. Em contrapartida, na maioria das vezes percebe-se que essa política baseia-se no assistencialismo como forma de incentivar a constituição de uma coalizão política e econômica na esfera local.

Nesse contexto, Zapata *et. al.* (2004) acrescentam que o local (re)surge impulsionado pela globalização e que esta nutre-se das especificidades locais, apontando para um novo papel a ser desempenhado pelos territórios a partir de suas potencialidades e identidades. Sendo assim, a hegemonização das políticas neoliberais e a emergência de um novo paradigma de acumulação encontram na escala local a flexibilidade necessária para a sua reprodução.

## 2.3 O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO BRASIL E A CRIAÇÃO DO PACTO NOVO CARIRI

No Brasil, o desenvolvimento local como temática de estudo ganhou maior significado na segunda metade da década de oitenta. No entanto, o local (visto sob a perspectiva de um novo enfoque de construção do desenvolvimento ou como base de uma nova visão de desenvolvimento) somente surge na década de noventa, quando são exercitadas diversas experiências de desenvolvimento local apoiadas por organismos internacionais, governamentais e não governamentais (ZAPATA *et. al.*, 2004). Segundo Coelho:

A noção de desenvolvimento local é posta como uma ação coordenada, descentralizada e focalizada que visa ativar e melhorar, de maneira sustentável, as condições de vida dos habitantes de uma localidade. Por sua vez, o desenvolvimento estimula a ampla participação dos atores relevantes deste processo. O desenvolvimento econômico local funciona como constituição de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e redes econômicas e sociais, de tal modo que ele amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável (COELHO, 2001, p. 57).

Como forma de garantir a eficiência dos circuitos de produção, circulação e comercialização, as instituições vão buscar em um determinado espaço vantagens competitivas. Esse espaço é instituído a partir do conjunto de fixos e fluxos tão bem definido por Santos, ao certificar que:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2002, p.61-62).

Nesse sentido, o conceito de território está relacionado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, é possível falar do poder das instituições governamentais ou do poder das grandes corporações capitalistas que estendem os seus tentáculos por vastas áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Com efeito, torna-se relevante salientar que o desenvolvimento local surge nos territórios como uma forma de oportunizar a formação de cadeias produtivas, tornando-as economicamente viáveis. Tal observação justifica o processo de construção do Pacto Novo Cariri que, segundo Oliveira *et al.* (2005), ocorreu devido à decadência estrutural das atividades produtivas regionais, por causas externas (substituição dos produtos naturais, a exemplo do algodão, por matérias-primas de base sintética) e internas (disseminação de pragas e doenças nas lavouras do algodão, perda de competitividade provocada pelo atraso tecnológico, dentre outros).

Consequentemente, tais deficiências ocasionaram endividamento, pobreza, êxodo rural e exclusão social. Como resultado, a região teve que conviver por várias décadas com estruturas econômicas estagnadas, o que contribuiu para a perda de posições importantes no cenário regional e estadual.

Mediante os dados expostos, observa-se que a promoção de projetos ou políticas voltadas para realidade local é um meio de potencializar atividades locais em mercadorias que insira o local em uma relação direta com o global.

Desta forma, é importante salientar que existem dois modelos de ação, distintos entre si como proposta de intervenção, mas ambos direcionados à ativação das capacidades produtivas dos setores economicamente desfavorecidos.

De um lado, os programas convencionais de apoio ao empreendedorismo de pequeno porte, direcionados ao desenvolvimento de competências individuais, no contexto de pequenos negócios. De outro lado, a via mais recente representada pela economia solidária, com o surgimento de empreendimentos associativos e dos respectivos programas de apoio, identificados com a metodologia das tecnologias sociais (GAIGER *et al.*, 2008, p.01).

A partir deste contexto, nota-se que algumas instituições adotam como método as metodologias pertencentes ao movimento da Economia Solidária, sendo que as finalidades de suas medidas estão orientadas por melhorias na capacidade de consumo.

A partir da importância de compreender este movimento de dinâmicas internas que segue em direção a uma economia global, o próximo item

evidenciará o Projeto Pacto Novo Cariri, o modelo de desenvolvimento econômico implantado pelas instituições assessoras no território do Cariri Paraibano.

Podendo observar também, se o mesmo constitui uma política de independência e autonomia aos empreendimentos acerca do Arranjo Produtivo da Agricultura Familiar (objeto de nosso estudo) ou uma ação assistencialista que fragmenta, flexibiliza, desregulamenta e precariza o mundo do trabalho dos agricultores.

## **2.4 O PROJETO PACTO NOVO CARIRI E A FORMAÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS**

As profundas transformações do capitalismo neste início de século traz a tona, a discussão sobre o tema do desenvolvimento econômico e seus efeitos sobre Estados Nacionais, empresas, economias e trabalhadores.

Faz-se necessário refletir a respeito da repartição do trabalho no mundo diante do aprofundamento da liberalização comercial, da desregulamentação financeira e do mercado de trabalho, bem como a reformulação do papel do Estado, da revolução tecnológica e das novas formas de organização da produção propiciadas pelas instituições governamentais.

Apesar de encontrar-se subordinado ao desenvolvimento das atividades produtivas, a capacidade de absorver uma maior ou menor quantidade de trabalhadores não depende exclusivamente do grau de expansão de cada país, mas do padrão de desenvolvimento nacional e de sua forma de inserção.

Segundo Lemos e Barros (2007, p. 03), "o Brasil dispõem aproximadamente de 5,1 milhões de empresas. Desse total, 98% são de micro e pequenas empresas (MPE) [...]".

Entre os Estados do Nordeste, a Paraíba foi um dos que apresentou pouco destaque no cenário econômico nacional e nordestino, no período de 1970 a 1990, conseguindo destacar-se apenas por indicadores sociais e qualidade de vida bastante negativa frente aos índices aceitáveis de desenvolvimento humano.

Apesar de suas características focais de desenvolvimento, seria bastante difícil perceber a sua evolução sem uma relação direta com a conjuntura nacional, especialmente com o resultado dos Planos Nacionais de Desenvolvimento

(PND's) elaborados no âmbito do poder executivo e assumidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como política regional-global. (CARVALHO, 2006).

No Cariri Paraibano, região semiárida que apresenta um grande déficit de emprego e geração de renda, construiu-se traços fundamentais para o desenvolvimento econômico e social da região.

Os agentes institucionais da região junto com a sociedade civil elaboraram o Projeto Pacto Novo Cariri: modelo de desenvolvimento regional sustentável. O Projeto identificou as vocações e dificuldades a serem vencidas, baseando-se nas potencialidades já existentes. E diante deste processo, criaram-se os Arranjos Produtivos Locais com o propósito de estabelecer formas compatíveis de convivência no semiárido, considerando as condições de sua biodiversidade, o fenômeno cíclico das secas, a pobreza com exclusão social.

Na atualidade existe uma grande preocupação em escala nacional sobre as questões socioeconômicas, políticas e culturais no que tange aos espaços territoriais urbanos, rurais e ambientais.

Sendo assim, no conjunto das transformações que marcaram a passagem do milênio, renasceu o interesse sobre o papel dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) nos setores que apresentam uma potencialidade econômica que possa restaurar a capacidade produtiva e o desenvolvimento regional das comunidades envolvidas.

Nessa perspectiva, compreender a relação do global com o local, enfatizando uma discussão sobre a política de ativação dos setores empobrecidos do território do Cariri Paraibano, como também os eixos que norteiam o modelo de desenvolvimento e fundamental para construir uma análise crítica é essencial.

O chamado "Pacto Novo Cariri" representa um Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável, que entre os seus atores, contemplou os agricultores de cunho familiar através do Projeto PAIS<sup>3</sup>.

A partir do processo histórico e das ações realizadas entre 2006 e 2008, procura-se responder ao seguinte questionamento: o projeto contemplou ações

---

<sup>3</sup> O projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS é uma tecnologia social que visa apoiar e financiar a implantação de hortas em formato circular em pequenas propriedades rurais, sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos, e seguindo os princípios agroecológicos de produção sustentável

para reverter o quadro de pobreza presente na região através da recuperação dos setores produtivos, gerando emprego e renda, além da reeducação da sociedade para a preservação cultural, social e ambiental, ou se desenvolveu apenas uma política local assistencialista dos segmentos socioeconômicos marginalizados?

Devido a essas circunstâncias, os agentes políticos locais procuraram alternativas capazes de mudar este cenário desestruturado, alternativas essas que passaram a integrar-se num modelo de desenvolvimento que desencadeou a soma de esforços entre instituições públicas e privadas em parceria com a sociedade civil organizada e com as pessoas da própria comunidade, que enxergaram possibilidades de um desenvolvimento mais digno humanizado para os empreendedores da região a partir de vocações e potencialidades já existentes, a exemplo da caprinocultura, da ovinocultura e do artesanato.

Desta forma, Oliveira *et al.* (2005) relatam que:

O Pacto Novo Cariri surgiu de modo informal, sem carta escrita, estruturação, dirigentes, sede. É um acordo de cidadania, celebrado entre a sociedade civil, a iniciativa privada e o governo, em seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal), para estruturar uma nova governança, com a gestão compartilhada das ações e atividades para o desenvolvimento sustentável do território (Oliveira *et al.*, 2005, p. 09)

A autora Albagli (1999, p.196) lembra ainda que:

O local representa, nesse contexto, uma fronteira experimental para o exercício de novas práticas (Becker, 1997) e para o estabelecimento de redes sociais fundadas em novas territorialidades, frente às exigências colocadas por problemas de âmbito global, cujo enfrentamento depende em grande medida de intervenções que se realizem em nível do local. O local constitui-se assim em espaço de articulação – ou de síntese – entre o moderno e o tradicional, sinalizando a possibilidade de gestarem-se, a partir das sinergias produzidas por essas interações, soluções inovadoras para muitos dos problemas típicos da sociedade contemporânea.

Nessa concepção, pode-se observar que para constituir medidas de intervenções que gerem sinergias e interações, o modelo de desenvolvimento econômico precisa estar embasado em um foco estratégico de desenvolvimento local, que segundo Coelho (2001), é fomentado a partir de uma especificidade e uma intencionalidade.

Uma especificidade na medida que o desenvolvimento econômico sempre foi pensando a partir de uma ação macro, centrada em políticas econômicas da esfera federal. Colocar a constituição de uma ambiência econômica local significa repensar toda teoria de desenvolvimento e relacioná-la com sua dimensão territorial. Com o intenso processo de geração de interatividade e uma velocidade exponencial crescente em termos de comércio, finanças e informação, e com as mudanças políticas associadas a modificações radicais de arranjos institucionais (COELHO, 2001, p. 57-58).

## 2.5 A FORMAÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

O Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano possui uma ação macro que se revela na organização da conjunção de potencialidades. O mesmo estimula o trabalho coletivo por meio de associações, cooperativas e consórcios que possibilitam o desenvolvimento econômico regional.

Os programas voltados para o desenvolvimento da caprinocultura e ovinocultura são considerados um bom exemplo dessa estratégia. Os proprietários rurais recebem o apoio local por meio de capacitações, financiamentos e acompanhamento técnico; o Estado juntamente com o governo federal propicia a infraestrutura para tais beneficiamentos através das instalações das usinas de leite, produzindo derivados e comercializando a produção com os programas governamentais e com o mercado livre. Essa cadeia de ações nos mostra o quanto o local esta interligado com o macro, dando ênfase a relação local/global.

Em relação à intencionalidade Coelho (2001) escreveu o seguinte:

Intencionalidade, em segundo lugar, porque o desenvolvimento local aparece nesse debate como uma noção relativa diante do global, como uma resposta da sociedade a essas mudanças avassaladoras e como a constituição de sujeitos sociais locais com capacidade de intervenção. Partindo de uma concepção integral e integradora de desenvolvimento, afirmando o singular e as singularidades estruturais num cenário de intensa fragmentação territorial, a promoção do desenvolvimento fica entregue ao esforço dos atores locais (COELHO, 2001, p. 58)

É notável que o Pacto Novo Cariri tenha como especificidade ampliar, através de suas potencialidades, a maximização local do valor agregado de bens

e serviços, ou seja, demanda e oferta dos produtos gerados localmente. Tendo em vista que a produção de tais elementos está ancorada no território, este assume uma importância sem igual, uma vez que funciona como palco para a atuação dos agentes sociais e como provedor dos recursos naturais indispensáveis ao trabalho humano.

Em relação à intencionalidade, o Pacto Novo Cariri almeja demarcar o seu território como potência econômica representativa do Estado da Paraíba, tornando-se um espaço significativo no desenvolvimento econômico estadual, regional e nacional, alimentando ainda as redes que se integram ao global.

Oliveira *et al.* (2005), ressaltam que o foco estratégico do Pacto Novo Cariri está norteado por decisões plurais, constituindo uma demanda cujas prioridades são o interesse social, a quantidade de famílias participantes, a capacidade de geração de ocupação e renda, o resgate às práticas de convivência com o semiárido e o dimensionamento territorial.

Com o intuito de atingir os trinta e um municípios que formam a região do Cariri Paraibano, o Pacto Novo Cariri ordenou a demanda social em um Programa de Desenvolvimento denominado PROCARIRI. O mesmo apresenta vários projetos direcionados aos seguintes enfoques: caprinocultura e ovinocultura; diversificação da base agrícola; desenvolvimento de micro e pequenas empresas; mobilização e capacitações das comunidades; modernização gerencial e fortalecimento institucional da administração pública; preservação e gestão ambiental; artesanato, turismo e cultura. Vale ressaltar que todos esses empreendimentos apresentam ações de inclusão social (Oliveira *et al.*, 2005, p.10) destacam ainda que o PROCARIRI:

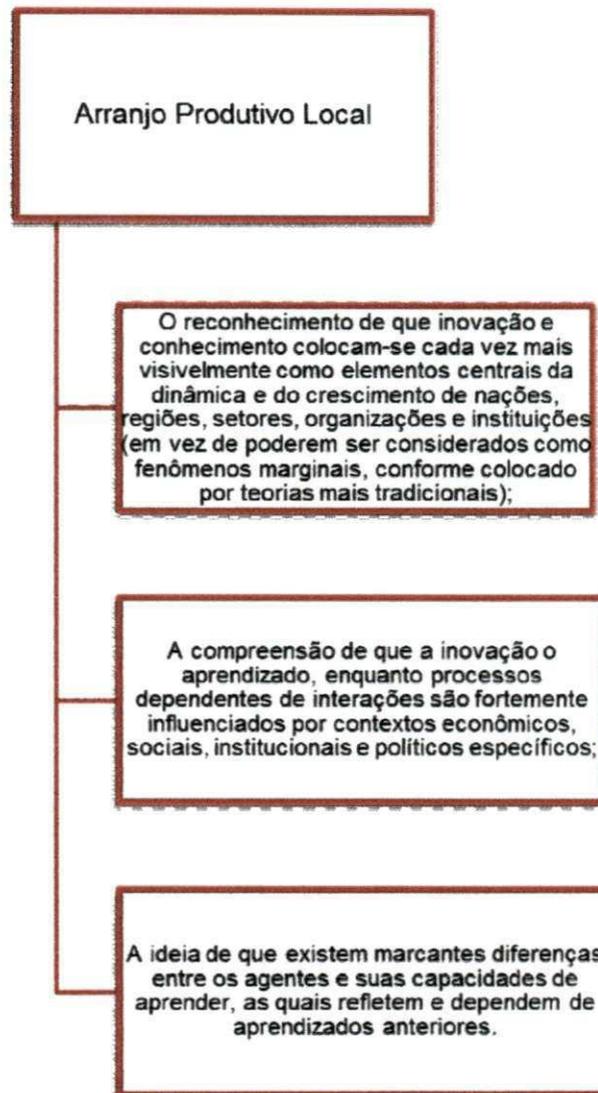
Permite a organização da gestão espacial e proporciona a formação e desenvolvimento de bases associativas, trabalho com famílias rurais e urbanas. Estimula o empreendedorismo, dá uma nova feição a velhos problemas, introduz novas ações em uma região que precisa reordenar seus horizontes, reconquistar posições, avança no seu destino histórico com sinergia em modelo globalizado, competitivo, mas que proporciona oportunidades para que os que são competentes, diferenciados. O Novo Cariri apresenta potencialidade, direções firmes, para trilhar pelo caminho dos bem sucedidos (OLIVEIRA *et al.*, 2005, p.10).

Todos os projetos contidos no Pacto Novo Cariri tiveram como principal executor o Serviço Brasileiro de Apoio como Micro e Pequenas

Empresas (SEBRAE) que adotou como planejamento estratégico a atuação em ações coletivas, especialmente aquelas focadas nos Arranjos Produtivos Locais.

Tendo esse olhar voltado para as esferas que cerne a sustentabilidade, conforme a definição proposta pela RedeSist, arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. (CASSIOLATO E LASTRES, 2003).

A proposta de se entender sistemas e arranjos produtivos locais fundamentam-se na visão evolucionista sobre a inovação e mudança tecnológica, a qual destaca (CASSIOLATO E LASTRES, 1999):



UFCG-BIBLIOTECA

**FIGURA 1** – Fatores inerentes aos Arranjos Produtivos Locais (CASSIOLATO E LASTRES 1999)

Elaborado pelo autor.

Diante da definição e das propostas vinculadas aos APL's, o Pacto Novo Cariri buscou associar os arranjos produtivos com o desenvolvimento sustentável.

No Relatório "Nosso Futuro Comum", publicado em 1987 pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas conhecido mundialmente como Relatório *Brundtland*, foi elaborado uma nova forma de produção, no qual o núcleo principal do pensamento se apresenta em três dimensões ligadas ao termo sustentabilidade: as ambientais, as sociais e as econômicas.

O Relatório *Brundtland* definiu que “o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. Essa máxima com o passar dos anos evoluiu e tomou proporções mais consistentes incorporando novos significados.

Segundo Portilho (2005), o Relatório *Brundtland* estimula importante virada no discurso político dominante fazendo surgir, embora de forma inicial, um reconhecimento formal da desigual contribuição dos diferentes estilos de vida na degradação ambiental.

A teoria do “Desenvolvimento sustentável” apresenta algumas falhas em sua construção. Diante deste fato, o ato de decodificar as informações sobre o tema será instrumento de análise e reflexão deste trabalho, no qual evidenciará os conceitos e estratégias, como também a sua importância para assegurar a ação conjuntural de forma concisa e coerente, a fim de que possa garantir a sua sustentabilidade e a continuidade do processo de transformação da realidade.

Desta forma, a pesquisa analisa especificamente a importância do Arranjo Produtivo Local da agricultura familiar do município de Monteiro, como também tenta compreender como os processos de mudança e de elevação das oportunidades sociais, compatibilizando no tempo e no espaço: eficiência econômica, conservação ambiental e qualidade de vida proporcionam a sustentabilidade dos grupos envolvidos.

## **2.6 O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO**

O Arranjo Produtivo Local da Agricultura Familiar do Cariri Paraibano se constituiu no ano de 2008, oriundo das primeiras parcerias entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Ministério da Integração.

Com a inserção da Tecnologia Social PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) nas propriedades rurais das famílias agricultoras nos municípios caririzeiros, o arranjo se tornou um projeto de desenvolvimento econômico, no qual o SEBRAE era o parceiro responsável.

O planejamento das ações que desenvolveria o APL da Agricultura Familiar foi organizado no projeto Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), o qual era monitorado e acompanhado pelo Comitê Gestor do projeto (técnicos do SEBRAE, Banco do Brasil e Projeto Dom Helder Câmara). Nesse momento, nota-se que a pactuação territorial em torno do projeto colaborou para a inserção de novos parceiros, como já citado Projeto Dom Helder Câmara, as prefeituras de Sumé, Monteiro, Taperoá, Prata, Gurjão, Cabaceiras, Amparo, Congo entre outros (SEBRAE, 2003).

Todo o processo de planejamento era realizado por meio do Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (SIGEOR), ferramenta de apoio à tomada de decisão utilizada na metodologia de estruturação de projetos GEOR.

Segundo a instituição SEBRAE, o SIGEOR é um ambiente de gestão e colaboração que foi concebido visando agilizar e apoiar às decisões estratégicas de cada projeto através do gerenciamento e monitoramento dos mesmos pelas instituições parceiras. Permite que os beneficiários de cada projeto e a sociedade em geral possam acompanhar as ações em desenvolvimento e os resultados alcançados, o que contribui para a qualidade dos projetos desenvolvidos, em que este fomentava o desenvolvimento da agricultura familiar do Cariri Paraibano e ganhou o nome da tecnologia que deu base para o seu desenvolvimento, o projeto PAIS.

O foco estratégico do projeto se baseava no fortalecimento dos pequenos empreendimentos, advindos da implantação do Sistema Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS, no Fortalecimento da Cultura Empreendedora, no oferecimento de suporte logístico e técnico as unidades produtivas advindas da implantação do sistema PAIS, na organização e fortalecimento das estruturas de comercialização e na construção de empreendimentos com bases em premissas guiadas pelo associativismo e cooperativismo.

O projeto atendia um público de 74 beneficiados e tinha como objetivo geral, melhorar da geração de trabalho e renda através do aproveitamento das oportunidades produtivas existentes, valorizando a agricultura orgânica, a permacultura e o meio ambiente como forma de convivência com o semiárido.

A partir deste ponto, o trabalho focará em cinco famílias agricultoras que foram beneficiadas pelo projeto no município de Monteiro, para analisar até que ponto o projeto promoveu o desenvolvimento local e respeitou as especificidades do público beneficiado durante a execução das ações entre 2008 a 2010.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscando analisar como as famílias agricultoras do município de Monteiro se desenvolveram após a inserção dos agricultores no Arranjo Produtivo Local da Agricultura Familiar, o estudo se estruturou no procedimento chamado estudo de caso.

“O estudo de caso valoriza o conhecimento experiencial e enfatiza o papel importante do leitor na geração desse conhecimento” (ANDRÉ, 1984, pp. 52-53). Nesse sentido, a parte prática do estudo ocorreu em um período de vinte dias, desenvolvendo atividades específicas como observações dos agricultores nas feiras livres e idas a campo nas propriedades rurais. A amostra do estudo foi constituída de cinco famílias agricultoras que possuem suas propriedades localizadas nos sítios Espírito Santo e Tingui.

Desta forma, o primeiro passo do estudo foi pesquisar e coletar dados sobre o tema. Em seguida, realizou-se a seleção dos textos que foram parte da construção teórica. Feita a seleção, construiu-se o fichamento dos textos de forma crítica e analítica.

O segundo passo foi ir a campo para observar o cotidiano dos agricultores em suas propriedades e nas feiras livres. Durante o trabalho de campo, utilizou-se de técnicas essenciais para obtenção de informações relevantes, como os tipos de dificuldades, o processo histórico do projeto, as formas das quais eles se organizam e decidiam as ações do projeto, além do questionário semiaberto, da observação participante e do registro por meio do diário de bordo que foram alguns dos instrumentos que constituíram o prático da pesquisa.

O terceiro passo foi analisar os dados coletados e dialogar a prática com as obras fichadas, considerando possíveis soluções para o problema.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os agricultores participantes da pesquisa antes do projeto cultivavam a terra de forma desorganizada e pouco produtiva. O uso do agrotóxico nas plantações era algo comum, como também a criação de animais de grande porte (pecuária), médio porte (ovinos, caprinos e suínos) e pequeno porte (avicultura). Três das cinco famílias entrevistada já vendiam na feira e complementava a oferta de seus produtos comprando de outros lugares onde o uso dos agrotóxicos se fazia presente.

Com a inserção das famílias no projeto, mudanças na forma de produzir, de planejar e de comercializar aconteceram de maneira a valorizar a lógica familiar, as condições de vida na roça e a produção de alimentos saudáveis para os consumidores. Porém, antes de realizar esta passagem da agricultura química para a agricultura de base ecológica, foi preciso reconhecer a situação na qual se encontravam os agricultores, tendo em vista que:

- A terra que usavam estava contaminada por adubos químicos e pelo uso de venenos.
- As sementes “melhoradas” pelas empresas multinacionais são viciadas pelo pacote químico e substituí-los completamente é um processo demorado.
- O meio ambiente, especialmente o solo, estava desequilibrado e os insetos, fungos e plantas concorrentes, indicadoras (ditas “daninhas”), estavam fora de controle.
- Há falta de recursos financeiros para arcar com a transição de uma agricultura para outra bancando eventuais prejuízos.
- Não há não disposição de conhecimentos suficientes para enfrentar os problemas e desafios que surgiam no dia-a-dia.
- Falta assistência técnica e pesquisa suficiente na área agroecológica para acompanhar os pequenos agricultores.

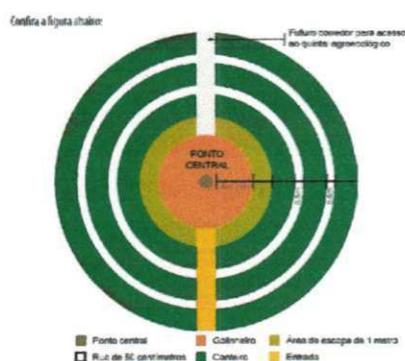
Essas eram algumas das problemáticas que faziam parte da realidade das famílias beneficiadas. Por isso que, das famílias que foram acompanhadas, todas implantaram o Sistema Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Sistema PAIS) em áreas nas quais não se realizava a agricultura química e aos poucos foram recuperando as áreas contaminadas.

Para os agricultores, a mudança mais importante após a inserção do projeto foi assistência técnica. A escolha e preparação do terreno seguiu a lógica da propriedade que possui um desenho próprio, tendo os espaços selecionados que possuir as seguintes características:

- Os terrenos das hortas circulares e do galinheiro central devem ser planos.
- Presença de luz solar na maior parte do dia.
- Área em torno de 5.000 metros quadrados ou 0,5 hectare.
- Espaço para a expansão dos canteiros circulares, além dos três iniciais.
- Fonte de água próxima, que tem de oferecer condições para encher a caixa d'água a fim de fazer funcionar por gravidade o sistema de irrigação por gotejamento (Figuras 1 a 2)

Toda a implantação de uma unidade da Tecnologia Social PAIS, era acompanhada por um técnico encarregado de orientar os agricultores (Figuras 3 a 6). Posteriormente, a escolha e preparação do terreno e outras etapas se constituíram, a exemplo da escolha dos cultivos, da demarcação do galinheiro e dos canteiros circulares, das medidas da unidade familiar de produção agroecológica, da construção do galinheiro, da preparação dos canteiros, do uso de energia, do sistema de irrigação por gotejamento e compostagem (produção de adubos naturais), quintal agroecológico, associativismo e comercialização.

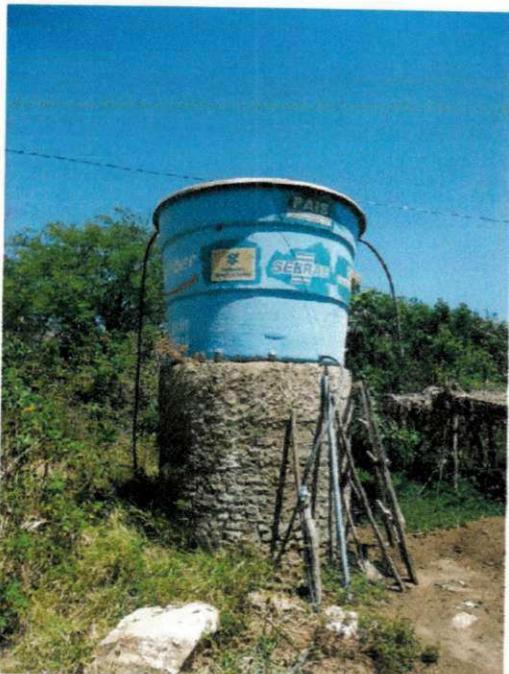
**FIGURA 2 - Planejamento Arquitetônico da propriedade**



**FIGURA 3 - Modelo do PAIS**



**FIGURA 4 – Caixa d' água que armazena a água para irrigação**



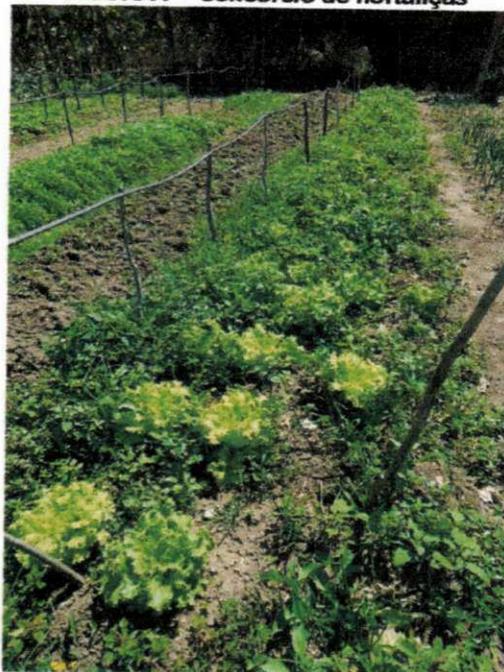
**FIGURA 5– Sistema de irrigação**



**FIGURA 6 – plantas medicinais**



**FIGURA 7 – consórcio de hortaliças**



Realizado o processo de instalação da tecnologia Social PAIS, iniciaram-se as discussões entre os parceiros e os agricultores beneficiados sobre as duas últimas etapas do projeto: associativismo e comercialização.

Os agricultores do município de Monteiro formaram a Associação Agroecológica dos Agricultores de Monteiro. De acordo com os relatos proferidos pelos agricultores, essa instituição fomentada pelo SEBRAE e Projeto Dom Helder Câmara não se constituiu para incentivar o associativismo com base nos preceitos da economia solidária, mas com a finalidade de cumprir as metas planejadas pelo projeto GEOR.

Na fala dos agricultores, nota-se um discurso que não é próprio deles, sendo o processo de alienação acentuado. Apenas um dos participantes mostrou certa consciência dos modos em que o projeto era administrado. Ele comenta que as decisões entre os parceiros e agricultores já vinham prontas pelos primeiros e, caso os agricultores fizessem outra sugestão, os parceiros convenciam de que a deles era a melhor opção.

A implantação da feira agroecológica ocasionou uma ruptura no relacionamento entre os agricultores devido à exigência dos parceiros na realização de duas feiras semanais (uma nas quartas-feiras e a outra aos sábados). Eles alegaram que as feiras das quartas dariam um maior destaque para eles, por serem agricultores agroecológicos.

As feiras da quarta como relataram três famílias participantes, resultaram em prejuízo, pois a venda não cobria e não cobre os custos e o trabalho na propriedade se torna mais intenso. Alguns por questionarem a continuidade desta feira, tiveram suas participações nas reuniões cortadas, não sendo mais convocados e até mesmo estigmatizados por terem opiniões contrárias a dos parceiros, o que ocasionou um mal estar entre esses e os outros que apoiam as decisões dos técnicos envolvidos.

Atualmente, os agricultores comercializam seus produtos na feira popular (Figuras 7 e 8) e os remanescentes da feira da quarta expõem seus produtos para não desagradar o parceiro "Projeto Dom Helder Câmara". Outra forma de comercializar que está sendo bastante significativa para os agricultores é a venda



de seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa Mais Educação<sup>4</sup>.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (FNDE, 2013).

Todos os entrevistados comentam com satisfação que esta política de incentivo é muito importante para os agricultores, mas caso ela não exista, eles estarão com o bem estar familiar assegurado pela comercialização da feira livre e popular.

Com o término do projeto GEOR em 2010, os agricultores tiveram os acompanhamentos técnicos encerrados pelo SEBRAE. Porém, o Projeto Dom Helder Câmara continua monitorando os processos de produção e dos rendimentos gerados pelo trabalho familiar.

As famílias não evidenciaram o rendimento mensal adquirido com a comercialização da feira e para os programas educacionais mencionados, comentando apenas que o que ganham dá para manter o bem estar familiar. Entretanto, notou-se que quatro dos entrevistados compraram outros pedaços de terra e já estão produzindo, e um deles, recentemente, comprou um carro novo e está construindo um poço com infraestrutura de construção empresarial.

---

<sup>4</sup> O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica. O programa visa fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005. Nesses estudos destacou-se o uso do "Índice de Efeito Escola – IEE", indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada (MEC, 2013).

**FIGURAS 8 e 9 – Feira popular do município de Monteiro (barracas dos alimentos Orgânicos)**



Sendo assim, concluiu-se que o modelo de desenvolvimento local fomentado para os agricultores familiares do município de Monteiro não obteve todas as suas etapas concretizadas, pois a partir das falas construídas pelos agricultores percebeu-se que este projeto serviu para captar verbas e com elas promover o assistencialismo e o jogo político territorial, tornando o Arranjo Produtivo da Agricultura Familiar um espaço de reprodução da exploração econômica e da desigualdade social, tendo em vista que não se estabeleceu a equidade entre os agricultores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos propostos neste trabalho, estabeleceu-se uma compreensão dos processos que constituem a validação de um empreendimento solidário, como também a relação do global com o local com base na discussão sobre o Projeto GEOR - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, identificando as dinâmicas constituídas pelos atores envolvidos e os modos de produção dos agricultores familiares.

Durante a práxis estabelecida no trabalho, notou-se que o desenvolvimento local é um produto do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, o estudo revelou que o modelo de desenvolvimento caracterizou-se numa política assistencialista de exploração através de um perigoso processo de alienação. Com efeito, o modelo de desenvolvimento estabelecido pelo Pacto Novo Cariri tornou o Arranjo Produtivo supracitado em um território econômico vulnerável, tendo em vista o controle sutil realizado pelas instituições parceiras.

Em relação aos modos de produção dos agricultores, é perceptível que as relações que engendraram as dinâmicas de mercado dificilmente poderá se converter em uma associação que torne o trabalho solidário, pois ao mesmo tempo em que foram estabelecidas formas de organização autogestionárias, promoveu-se competitividade e rivalidade entre os envolvidos, estabelecendo a heterogestão entre eles.

Constatou-se, também, uma exploração da força de trabalho dos agricultores, que se submetem à precarização para poder satisfazer as exigências dos parceiros, como também garantir a sobrevivência ou a renda complementar imprescindível às suas famílias.

O contato com os agricultores revelou que o processo de alienação é algo acentuado e que dificilmente poderá ocorrer uma autonomia para a tomada de decisões e autogestão dos mesmos por meio de premissas solidárias. Isso porque o capitalismo acaba com toda forma de solidariedade possível entre as partes, como também a equidade e o respeito ao próximo.

Contudo, acredita-se que a possibilidade de desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional e de um espaço para a formação de um coletivo transformador só será possível através da discussão conjunta de soluções para tal situação.

Sendo assim, uma saída possível para reverter o atual quadro de submissão e vulnerabilidade passa pela construção de uma política autogestionária desenvolvida a partir de um processo pedagógico pautado na cooperação, na solidariedade, na igualdade, no respeito e no resgate dos valores morais que permeiam todos os indivíduos – homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lucia. **Capital Social e Desenvolvimento Local**. In: LASTRES, Helena M. M. et. al. (Orgs.). **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume/Dumard, 2003.

ALBAGLI, Sarita. **Globalização e Espacialidade: o novo papel do local**. In: CASSIOLATO, José E. e LASTRES, Helena M. M. (Orgs.). **Globalização & Inovação Localizada: as experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Estudo de caso: seu potencial na educação**. São Paulo: Caderno de Pesquisa 49, p.51-54, maio 1994. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/528.pdf>> Acessado em: 10 ago. 2012.

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Disponível em: <<http://www.anteag.org.br/index.asp?pag=0>> Acessado em: 05 out. 2010.

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. **O que é Autogestão**. 13 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.anteag.org.br/index.asp?pag=9&cod=12>>

ANTEAG. **Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. Anteag, São Paulo, 2000.

BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.; MACIEL, M. L.(Comp.). **Systems of innovation and development: Evidence from Brazil**. Cheltenham, RU: Edward Elgar, 2003.

COELHO, Franklin. **Desenvolvimento Local e Construção Social: o território como sujeito**. In: SILVEIRA, Caio Marcio e REIS, Liliane da Costa. **Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: DLIS, 2001.

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CRUZ, Antônio C. Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do mercosul**. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em economia da Unicamp. Campinas – SP, 2006.

DANTAS, Leiliam C. **Desenvolvimento Local e Valorização de Produtos dos Engenhos de Cana-de-açúcar em Base Territorial: o caso do Brejo Paraibano**. Rio de Janeiro, 2003 (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro).

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípios científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. "A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização". **DADOS**, vol. 47, n. 4, pp. 799-834, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio Germany; SPEROTTO Nila; CORRÊA, Andressa da Silva. Ativação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 32., 2008, Caxambu, MG. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2008.

Grupo de Trabalho de Economia Solidária do FMS. **Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora**. In: **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

HAERSBAERT, Rogério. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). **Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial: Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: MIN, 2005.

LECHAT, Noëlle. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**, Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

LEMONS, Haroldo M.; BARROS, Ricardo L. P. **O Desenvolvimento Sustentável na Prática**. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro das Nações Unidas para o Meio ambiente, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Atlas Territórios Rurais**. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>. Acessado em 15 set. 2010.

OLIVEIRA, (et. al.). **Pacto Novo Cariri**. João Pessoa: SEBRAE/PB, 2005.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Edusp. São Paulo, 2002.



SEBRAE. **Termo de Referência do Sistema SEBRAE em APL**. Brasília: SEBRAE, 2003.

SEBRAE. **Desenvolvimento Local no Brasil: O Papel do SEBRAE na Dinamização do Comércio Ético e Solidário**. Brasília: SEBRAE, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

TAPIA, Jorge R. B. **Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança**. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Volume 19, número 1, janeiro/março de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssp/v19n1/v19n1a12pdf>>. Acessado em 22 set. 2008.

ZAPATA, Tânia (*et. al.*). **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local**. Recife: Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2004. Disponível em: <[www.iadh.org.br](http://www.iadh.org.br)>. Acessado em 06 agosto de 2013.

**APÊNDICES**

UFCG-BIBLIOTECA

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) \_\_\_\_\_, cujo objetivo é \_\_\_\_\_.

Sua participação envolve uma entrevista e será voluntária. Se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es).

Atenciosamente

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(a) estudante  
Matrícula:

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(a) professor(a) supervisor(a)/orientador(a)

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Local e data

## Roteiro da Entrevista

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

1. Que mudanças aconteceram após a inserção de sua família no projeto?


2. Como eram as decisões tomadas entre os parceiros do projeto e os participantes (agricultores)?


3. Você teve assessoria técnica em sua propriedade rural para verificar se a sua propriedade se adequava para produção de alimentos orgânicos? Você ainda e recebe acompanhamento?


4. Como você trabalha com os outros participantes do projeto? (trabalho solidário ou competitivo).


5. A produção familiar é vendida na feira ou na vizinhança? (identificar se existe atravessadores)


6. Caso a produção seja vendida na feira, o rendimento dá para manter o bem estar da família, ou ainda se passa por necessidades?


UFCG-BIBLIOTECA